

PROCESSO - A.I. Nº 146547.0005/03-9
RECORRENTE - LISBOA & PAIXÃO LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 1ª JJF nº 0190-01/03
ORIGEM - INFAZ ILHÉUS
INTERNET - 01.08.03

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0407-11/03

EMENTA. ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Infração confirmada, porém diminuído o valor do imposto relativo ao mês de março de 2001. As razões alegadas na peça recursal não modificam o julgamento recorrido. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Cuida o presente processo de Recurso Voluntário interposto pelo sujeito passivo, em face da Decisão de 1ª Instância ter julgado Parcialmente Procedente o Auto de Infração nº 146547.0005/03-9, através do Acórdão nº 0190-01/03.

A acusação fiscal aponta a falta de recolhimento do ICMS antecipado na qualidade de sujeito passivo por substituição referente às aquisições de mercadorias provenientes de outros Estados, relacionadas nos anexos nºs 69 e 88 do RICMS/97, abrangendo o período de 31/01/98 a 31/03/2001, no valor de R\$5.033,61. Várias notas fiscais anexadas aos autos e o demonstrativos de fls. 9 a 15 dos autos indicam as notas fiscais e o produto (charque), com o cálculo da antecipação.

A Decisão recorrida considerou a cópia reprográfica da GNRE com o imposto recolhido referente a Nota Fiscal nº 5.919, e entendeu que foi correto o procedimento do autuante, porque o valor do imposto recolhido foi a menos do que o valor devido, e indicou qual o valor que ainda remanesce referente a março de 2001, e julgou o Auto de Infração Procedente em Parte.

O autuado intimado da decisão interpôs o Recurso Voluntário onde requer a exclusão do imposto referente à Nota Fiscal nº 5919, alegando que a base de cálculo foi fixada considerando o cálculo da Pauta e não com a MVA prevista no anexo 88, diz que se baseou na Instrução Normativa nº 80/00, DOU de 29/12/00.

Alega que não deixou de pagar o imposto na data certa, e considera que já havia cumprido sua obrigação com o recolhimento do ICMS daquela nota fiscal. Pede que seja reconhecida a quitação de R\$3.054, 81, conforme DAE anexo (fl. 177), e quanto ao valor que deixou de recolher relativo à citada nota, pede que não seja aplicada a multa prevista no art. 42, II, “d” da Lei nº 7014/96, porque não faltou com o recolhimento, mas, que utilizou indevidamente o mecanismo do cálculo, baseado na pauta fiscal.

A PGE/PROFIS no parecer de fl. 181 enumera os argumentos do recorrente e o que o mesmo requer: reconhecimento da quitação aos valores conforme o DAE anexo ao PAF; ausência da aplicação da multa de 60%, porque não deixou de recolher, apenas recolheu indevidamente com base em pauta fiscal.

Considera que os argumentos não são suficientes para a revisão da Decisão recorrida.

Diz que o cerne do lançamento foi a falta de antecipação tributária de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, adquiridas em outros Estados.

Acrescenta que a infração foi claramente tipificada pelo autuante conforme elementos probatórios carreados aos autos, e que está fundamentada na legislação tributária vigente. Quanto ao pedido de reconhecimento dos valores, não modificam o acerto do procedimento fiscal, porque só ocorreu após o início da ação fiscal, e o montante recolhido deverá ser homologado.

Conclui opinando pelo Não Provimento do Recurso Voluntário.

VOTO

Verifico que o recorrente pede que a decisão seja revista apenas no que tange ao valor do imposto referente à Nota Fiscal nº 5919, onde o autuante, no demonstrativo de fl. 15, apura o valor de R\$1.978,80 e o autuado apresentou na defesa a GNRE à fl.153, referente à nota fiscal com o valor recolhido de R\$480,00 e a mesma data de 02/03/2001.

As razões que alega de não ter recolhido a menos, não merecem guarida, visto que a antecipação é feita na forma do art. 371, inciso I, “a”, em razão da mercadoria “charque” está prevista no inciso II do art. 353, item 9 do RICMS/97, que determina a antecipação pelo contribuinte que efetua a saída de mercadoria destinada a outro não inscrito, na hipótese de ter recebido sem o recolhimento antecipado do imposto.

Como se vê no demonstrativo de fls. 9 a 15 dos autos, elaborado pela autuante, o valor referente à Nota Fiscal referida (5919), foi acatada na informação fiscal diante da GNRE trazida aos autos, que asseverou que ainda assim faltava recolher referente à citada nota fiscal, o valor de R\$1.498,80 e o Auto de Infração passava para R\$4.553,60.

Entendo acertada a Decisão recorrida.

Não prospera o seu pedido de exclusão da multa que tem previsão na legislação. Ademais, o pedido de dispensa de multa de infração da obrigação principal ao apelo da equidade só poderá ser apreciado pela Câmara Superior, conforme dispõe o art. 159 do RPAF/99, e apenas as decorrentes de descumprimento de obrigação acessória é que podem ser analisadas pelas Juntas de Julgamento ou Câmaras de Julgamento Fiscal, conforme dispõe o art. 158 do RPAF/99, mantendo a Decisão recorrida que acatou o valor indicado pela autuante no demonstrativo de fl. 158, dos autos.

Concordo com o opinativo da PGE/PROFIS, no que concerne ao pagamento da parcela do restante do Auto de Infração que o recorrente anexou aos autos, (fl. 177), que o mesmo será homologado pelo órgão competente.

Por todo exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso Voluntário.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **146547.0005/03-9**, lavrado contra **LISBOA & PAIXÃO LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$4.553,61**, sendo R\$3.054,81 atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, "d", da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, e R\$1.498,80, acrescido da multa de 60%, prevista no inciso II, “d”, do mesmo artigo e lei citados, e demais acréscimos legais, homologando-se os valores já comprovadamente recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de julho de 2003.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

IVONE DE OLIVEIRA MARTINS - RELATORA

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ - REPR. DA PGE/PROFIS